

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1567538 - SP  
(2019/0245537-7)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : FABIANA SANTINELLI FILGUEIRA QUEIROZ**  
**AGRAVADO : BENEDITO LUIZ SANTINELLI**  
**AGRAVADO : ROGÉRIO KAIRALLA BIACHI**  
**ADVOGADO : ROGERIO KAIRALLA BIANCHI (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP256340**  
**INTERES. : FERNANDA SANTINELLI CAMPANHOLO**  
**ADVOGADO : RODRIGO FILGUEIRA QUEIROZ - SP195604**  
**INTERES. : EDUARDO SANTINELLI**  
**ADVOGADO : JOSE ROBERTO PIRES BORGES - SP260167**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO E PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APRECIADOS MONOCRATICAMENTE. SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS PELO COLEGIADO. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 281 DO STF. PLEITO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplicabilidade das disposições do NCPC ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Não se conhece do recurso especial ajuizado de agravo de instrumento e de embargos declaratórios julgados monocraticamente.

3. Inexistência de esgotamento das vias ordinárias obrigatórias. Incidência da Súmula nº 281 do STF.

4. Consoante disposto no art. 105 da Carta Magna, o Superior Tribunal de Justiça não é competente para se manifestar sobre suposta violação de dispositivo constitucional, nem mesmo a título de prequestionamento.

5. Em razão do não provimento do presente recurso e de seu caráter protelatório, por força da aplicação da Súmula nº 281 do STF, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a

# *Superior Tribunal de Justiça*

interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator